

NESTE ANO, IPVA FICA MAIS BARATO

A REDUÇÃO MÉDIA DO VALOR DO TRIBUTO PARA VEÍCULOS NOVOS SERÁ DE 5,16% E DE 5,43% PARA OS USADOS

A Secretaria da Fazenda já divulgou o calendário de pagamento do IPVA – Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores para o ano de 2014. Neste ano, a Secretaria Estadual prevê arrecadar R\$ 13,1 bilhões com esse imposto, alta de 12,9% em relação ao arrecadado no ano anterior, estimado em R\$ 11,6 bilhões.

A frota do Estado de São Paulo é de aproximadamente 22 milhões de veículos. Destes, 16,6 milhões estão sujeitos ao recolhimento do IPVA e cinco milhões estão isentos por terem mais de 20 anos de fabricação. Outros 210 mil veículos são considerados

isentos, imunes ou dispensados do pagamento (taxistas, pessoas com deficiência, igrejas, entidades sem fins lucrativos, veículos oficiais e ônibus/micro-ônibus urbanos).

A Secretaria da Fazenda informa que em 2014 haverá em média uma redução de 5,16%, nos preços dos veículos novos e de 5,43% para os veículos usados. Isso porque, com os descontos de IPI prorrogados em 2013, ocorreu uma maior desvalorização do carro usado. O valor venal, considerado como base no cálculo, sofreu alteração para baixo e reduziu o valor do imposto.

Contudo, as alíquotas cobradas no IPVA continuam inalteradas.

Quem dispõe de algum recurso extra, o pagamento à vista pode ser uma boa opção, pois o desconto de 3% supera a maioria das aplicações financeiras, em especial a de renda fixa. Essa opção também é viável para empresas que possuem frota de caminhões e dispõe de recursos. Mas antes de escolher a forma de pagamento, o empresário deve avaliar o fluxo de caixa da empresa para não prejudicar seu bom andamento financeiro nos próximos meses. [&]

pág. 02 CONJUNTURA

Os desafios do País no ano da Copa do Mundo



pág. 03 FINANÇAS

Inflação diminui, mas ainda pede atenção



pág. 04 FINANÇAS

Acompanhe as perspectivas e os investimentos para 2014



RUMO A 2014

TUDO FAZ CRER QUE MUITO TRABALHO E DESAFIOS ESTÃO RESERVADOS PARA O ANO DA COPA. VAMOS AGUARDAR E TORCER

Pouco se fala ou se tem lembrança de um passado não muito distante, quando eram generalizadas a indisciplina e a desordem na administração das contas públicas. Mas, felizmente, já neste século surge um fundamento para sustentar o necessário esforço de estabilização da economia: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), grande vilã da gastança governamental, um freio para colocar ordem na casa e fixar metas e compromissos para cumprimento pelos entes federados.

Sem dúvida, com a LRF, viabilizou-se grandes mudanças operadas no País, que experimentou avanços sociais e econômicos indiscutíveis e que conquistou a confiança dos agentes privados e dos mercados, tornando-se referência na comunidade internacional. Tudo contribuiu para a ascensão de sua imagem com uma intensidade nunca antes observada em sua história.

Porém, nos últimos anos, tão evidente quanto os progressos alcançados tem sido a degradação de indicadores na área fiscal – boa parte explicada pelo ativismo para estimular o consumo e o crescimento econômico a qualquer preço, mesmo expondo ao risco algumas importantes conquistas. O mais curioso, contudo, é que o governo federal insiste em transmitir uma postura de empenho em defesa da responsabilidade fiscal, comprometido com a boa gestão das contas públicas, com o esforço para o cumprimento da meta de superavit primário. Todavia, não pratica a austeridade para isso.

Pelo contrário: em meio a mistérios e pouca transparência, vê-se, de um lado, gastos já elevados crescendo, inclusive alguns subsídios (combustíveis e energia elétrica), e, de outro, quedas de arrecadação, motivadas pelas desonerações tributárias em diversos setores e pela fraca atividade econômica – produzindo desequilíbrios orçamentários, induzindo manobras e artifícios contábeis criativos e alimentando desconfiças, incertezas e perspectivas pouco animadoras.

Não diferente dos desequilíbrios no âmbito dos Estados e municípios, há números



e projeções oficiais para o período até outubro que apontam o crescimento dos gastos federais acima da expansão das receitas, comprometendo a meta de superavit primário, hoje de 2,3% do PIB (antes, de 3,1%) – mas estima-se que possa recuar abaixo de 1,5% em 2013. Trata-se de um quadro preocupante que pressiona a inflação, impõe a alta dos juros, eleva a dívida pública e inibe o crescimento econômico, em um círculo vicioso que joga contra o próprio discurso oficial, mas que esbarra na percepção dos agentes de mercado.

Esse cenário precisa ser redefinido, até porque o próprio governo federal começa, repentinamente, a demonstrar pressa nas concessões à livre-iniciativa e nos investimentos

em infraestrutura, dependentes da eficiência e do capital privados. Mas, para isso – como se tem reafirmado –, é preciso substituir urgentemente seu discurso e apelo por ações efetivas e transparentes, capazes de “reconquistar” a confiança perdida pelo setor empresarial e, em particular, pelos investidores.

Não há como negar as recentes manifestações de entidades de classe, o sentimento de insatisfação de segmentos do mercado e até mesmo os alertas de agências de classificação de risco, todos externando preocupação com o clima de insegurança e de indefinição reinante, causado pelos equívocos na gestão da política econômica, especialmente pelo quadro crítico na área fiscal, em que faltam transparência e eficiência. [8]



INFLAÇÃO DESACELERA NO FIM DO ANO

APESAR DA BOA NOTÍCIA, O BANCO CENTRAL OBSERVA QUE O PAÍS AINDA PRECISA PRESTAR MUITA ATENÇÃO AOS ÍNDICES INFLACIONÁRIOS

Em 2013, a alta dos preços foi o principal alvo das autoridades econômicas. Nos primeiros meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu durante três meses consecutivos – em março ficou acima da meta máxima estabelecida pelo governo (6,5%).

Após certa estabilidade nos meses de abril e maio, em junho o índice atingiu 6,7%, o maior patamar do ano. No primeiro semestre, a alta da inflação ocorreu em função do preço dos alimentos que reduziram o poder de compra dos consumidores.

O cenário de alta dos preços e de deterioração da política fiscal fez os juros voltarem a subir. Em dezembro, atingiu o maior patamar do ano, com 10% a.a. A alta da taxa básica mais uma vez se mostrou eficaz contra o aumento dos preços. O último resultado do IPCA demonstrou uma inflação de 5,77%, o menor patamar do ano.

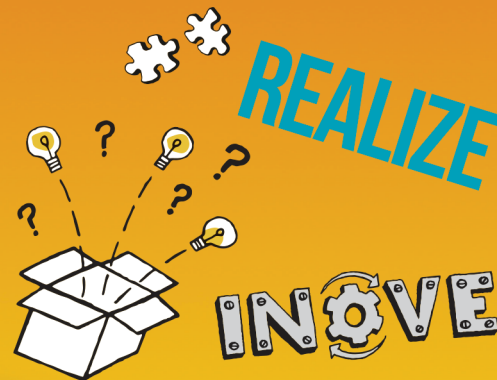
O Banco Central sinaliza que, para 2014, o processo de ajuste dos juros está perto de seu encerramento. Mas admite que é preciso manter-se vigilante em relação aos índices in-

flacionários. Nos últimos meses os preços administrados como combustíveis, transportes e energia, estão represados. E o cenário externo continua preocupante: a valorização do dólar contribuirá para a alta dos preços.

A política fiscal terá grande impacto na estabilidade de preços e no crescimento econômico do País em 2014. Espera-se que a meta fiscal seja cumprida, contribuindo assim para o crescimento econômico do País e para a manutenção dos índices inflacionários em patamares mais baixos. [&]



imagine



A SUSTENTABILIDADE DEU UM TEMPO A MAIS PARA VOCÊ.

Foi prorrogado o prazo de inscrição do 4º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade!

Agora dá tempo de você participar! O prazo é até dia 10 de fevereiro de 2014, por isso, aproveite esse tempo para mostrar sua ideia inovadora e ganhar R\$ 15 mil em títulos de capitalização ou de previdência. Não perca essa oportunidade, inscreva-se já!

www.fecomercio.com.br/sustentabilidade

RENDA FIXA E DÓLAR SÃO OS MELHORES INVESTIMENTOS

RECEIO DE AUMENTO DA INFLAÇÃO E FALTA DE AÇÃO DO GOVERNO PARA CORTAR GASTOS PÚBLICOS REFLETEM NO CENÁRIO DOS INVESTIMENTOS

Infelizmente, as expectativas dos mercados financeiros nacionais e estrangeiros em relação ao futuro (curto e médio prazos) do Brasil se deterioraram muito nos últimos meses. Está em curso um processo de "downgrade" (rebaixamento) na classificação de risco soberano do País. Isso significa que ele deixará de ser uma economia indicada para aplicação de recursos financeiros e investimentos diretos e volta a tornar-se uma economia de elevados riscos. Essa análise vem do fato de que o Brasil deixou sua política fiscal afrouxada demais e não parece ter instrumentos e/ou vontade política para reverter esse quadro. Também há o receio da inflação ainda alta e dos poucos instrumentos que restaram para controlar os exageros no câmbio e os preços internos. Para completar, há a percepção de que as interferências do governo em empresas, como a Petrobras, e nas regras de mercado assustam investidores e reduzem o valor das ações, prejudicando os acionistas.

Nada indica que o governo dará uma guinada para resolver o problema dos excessivos gastos públicos ou para mudar o modelo de concessões para algo mais tradicional ou para acelerar investimentos. Assim, as estratégias de defesa do patrimônio investido devem mudar.

Ibovespa – apesar das quedas recentes, grandes empresas que compõem o índice (entre elas Vale e Petrobras) enfrentam redução severa nas expectativas de receitas para 2014. Uma empresa vale, a rigor, seu fluxo de caixa futuro trazido a valor presente. Quando as receitas esperadas são revistas para baixo, o preço da empresa cai – é o que tem ocorrido com grandes empresas no País.



Não parece que problema será resolvido em curto prazo. No caso da Petrobras, a decisão depende do governo federal e isso pode alterar consideravelmente os ganhos ou as perdas com ações da empresa. Tudo indica que ele prefere conter os preços dos combustíveis a elevar o valor da Petrobras. No caso da Vale, a dependência é externa – do quanto vão valer as commodities de minérios nos próximos meses. Apesar de o Ibovespa se situar em um patamar muito baixo (50 mil pontos), em curto prazo não há tendência de fortes altas. É recomendado acompanhar a Petrobras para entender os rumos do mercado acionário no Brasil, ainda muito restrito.

Renda fixa – o Banco Central se vê compelido a elevar ainda mais as taxas de juros neste ano, principalmente por causa da inflação resistente e da política fiscal frouxa demais. Assim, apesar da expectativa inflacionária para 2014 ser muito próxima da atual (5,5%), a tendência de ganhos reais com aplicações de grande liquidez, como

CDBs, CDIs e outras carteiras de renda fixa, cresceu. Essa é uma boa aposta para conservadores. Para aqueles que acham que a inflação vai disparar, existem títulos vinculados a índices inflacionários e que pagam sobretaxas (acima da inflação) bastante elevadas atualmente. São boas apostas.

Câmbio – é a aplicação mais polêmica. No cenário apresentado acima, com a deterioração da posição brasileira e a recuperação americana, é possível que o dólar suba. Por outro lado, o Banco Central vai elevar mais os juros, o que pode minimizar esse efeito tanto pelo controle inflacionário interno quanto pelo aumento da atratividade dos títulos brasileiros no mercado internacional.

A tendência é de que o dólar continue a se valorizar. Provavelmente o Banco Central irá intervir ainda por algum tempo para não deixá-lo ultrapassar barreiras muito elevadas, mas ao longo do ano deve deixar o real se desvalorizar. O BCB ainda deve agir e trazê-lo a R\$ 2,30 – porém, desse patamar para baixo vale a pena aplicação em ativos na moeda. [E]